

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE NÚCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM GOIÁS - TERRITÓRIO RURAL SUDOESTE: QUESTÃO DE GÊNERO E SUA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

Kássia Anniély Silva Gomes¹ - annielykassia@gmail.com
Divina Aparecida Leonel Lunas² - divalunas@gmail.com
Hamilton Matos Cardoso Júnior³ - hjuniorgo@hotmail.com

- ¹ Estudante do curso de Engenharia Agrícola – UEG Campus Santa Helena de Goiás - Bolsista de Iniciação Científica – BIC - UEG
² (Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp; Professora do Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER/UEG, Bolsista BIP – Bolsa de incentivo ao Pesquisador da UEG).
³ (Geógrafo pela Universidade Estadual de Goiás; Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pela UEG; Assessor Territorial de Gestão Social por meio do NEDET do Território Rural do Sudoeste Goiano).

Resumo: Este estudo apresenta discussões teóricas sobre a questão de gênero e sua organização produtiva no Território Rural do Sudoeste Goiano, onde reuniu diversas citações e relatos sobre como é a organização produtiva principalmente do gênero feminino dentro do próprio Território Rural do Sudoeste Goiano. O principal objetivo deste trabalho é Desenvolver uma análise sobre a questão de gênero e sua organização produtiva no Território Rural do Sudoeste – Estado de Goiás. O método utilizado consistiu em pesquisas bibliográficas e após esta etapa houve o levantamento dos dados secundários e primários sobre a situação da mulher do campo no território rural do Sudoeste, trabalhando especificamente com sua organização social e produtiva. Os resultados sugerem que a inserção das mulheres na organização produtiva do território rural do Sudoeste Goiano se dá através de programas de políticas públicas, por meio de cooperativas, associações e confecção de produtos artesanais e alimentícios. Outro fator é a condição de gênero no meio rural que não é muito diferente atualmente do que se via antigamente, é visto ainda que mulheres rurais sofrem discriminação tão somente por serem responsáveis e cuidadoras de atividades taxadas somente para o gênero feminino, não tendo liberdade de escolha para estudar, trabalhar fora de casa ou a busca por direitos sociais, para tentarem ao menos se igualarem aos homens na mesma condição de direitos. Destacam-se ainda muitos desafios a serem superados pelas mulheres deste Território, porém nota-se um elevado interesse por parte delas em estarem participando ativamente de ações que as ajudem a crescerem.

Palavras-chave: Mulheres. Direitos. Gênero. Trabalho. Políticas Públicas. Agricultura familiar.

Introdução

A questão do gênero no setor rural tem sido objeto de estudo principalmente vinculado à nova organização familiar que tem na mulher a sua principal mantenedora. Segundo Carneiro (1987), há uma mudança qualitativa na participação das mulheres nos movimentos sociais no campo desde a década de 1980. A partir desse período, o gênero feminino tem ocupado cada vez mais espaço nas lutas sociais pela terra e nas discussões quanto ao desenvolvimento no meio rural. Como nos aponta a autora, já na década de 1980 são realizados os primeiros encontros entre mulheres rurais para discutir problemas que lhes era comum.

Na luta contra a desigualdade social, os discursos e as práticas das mulheres líderes dos movimentos sociais no campo revelaram que a distinção social entre gêneros não traz benefícios na luta pela terra e pelo desenvolvimento. A participação do gênero feminino deve ser efetiva e concreta, em que as mulheres

possam se integrar às discussões e movimentos não apenas como companheiras de seus esposos, mas que seja encorajado o espírito de liderança e a representatividade nos espaços das discussões e tomada de decisões.

Nesse sentido, o NEDET do Território Rural do Sudoeste Goiano tem realizado algumas ações destinadas à integração da mulher rural no âmbito do desenvolvimento territorial. Como primeira ação, foi criada a Câmara Temática das Mulheres no dia 12/11/2015 em plenária realizada durante a II Conferência Nacional da ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural, no município de Quirinópolis/Goiás (ATA, 2015).

A câmara temática tem como objetivo a integração da mulher rural, destinando espaços com reuniões e discussões que possam promover a socialização de problemas comuns, despertar da importância da representatividade feminina para o desenvolvimento da agricultura familiar, inclusão produtiva com a valorização e apoio do NEDET do Sudoeste Goiano a iniciativas produtivas e de comercialização já em operação no território rural, bem como incentivar a participação do gênero nas plenárias com intuito de que possam participar das decisões relacionadas à aplicação de recursos públicos de programas governamentais no território.

Visando a inclusão produtiva da mulher no campo, o NEDET do Território Rural do Sudoeste Goiano assessorou na elaboração de um projeto destinado à estruturação da feira do Assentamento Ponte de Pedra, município de Paraúna, a ser submetido ao edital do PROINF Mulher 2016. Desta forma, entende-se que é importante promover o estudo sobre o gênero e sua organização produtiva no Território Rural do Sudoeste.

Por fim, conclui-se que a busca pelo reconhecimento da mulher como sujeito atuante no campo é de grande relevância para que possamos atingir o desenvolvimento de uma agricultura familiar que seja inclusiva, socialmente e ambientalmente responsável, respeitando os direitos de gênero no campo.

O objetivo geral deste trabalho é: Desenvolver uma análise sobre a questão de gênero e sua organização produtiva no Território Rural do Sudoeste – Estado de Goiás. Nesse sentido, os específicos deste estudo são:

- ✓ Analisar a condição de gênero no setor rural no Brasil e em Goiás.

✓ Descrever a inserção da mulher do campo no Território Rural do Sudoeste e sua participação nas representações dentro do colegiado deste território.

✓ Caracterizar a estrutura social e produtiva das mulheres do campo neste território por meio dos dados censitários.

Material e Métodos

O estudo consta da etapa de levantamento bibliográfico para o embasamento teórico sobre a questão de gênero no campo e sua inserção produtiva ao longo da história brasileira de modernização agrícola. Esta etapa caracteriza-se pela utilização das seguintes técnicas: leitura, análise e redação do referencial teórico.

Após esta etapa haverá o levantamento dos dados secundários e primários sobre a situação da mulher do campo no território rural do Sudoeste, trabalhando especificamente com sua organização social e produtiva buscando caracterizar a formação e sua inserção nas decisões do colegiado do Território Rural do Sudoeste. Os dados coletados serão analisados e interpretados visando caracterizar a organização social produtiva das mulheres do campo.

Esta análise será utilizada na última etapa da pesquisa para verificação do acesso as políticas públicas voltadas às mulheres do campo no Território Rural do Sudoeste.

Resultados e Discussão

A agricultura familiar é um importante fator que contribui de forma significativa para o crescimento de vários setores da agricultura na sociedade. Nasceu de várias lutas, para que por fim pudesse ter seus direitos estabelecidos, partindo principalmente de movimentos sindicais no campo. Estudos apontam a importância da agricultura familiar para vários países, principalmente como fonte de renda e geração de empregos, fazendo parte de uma das principais fontes que fazem com que a economia dos países alavanque. (NIEDERLE et al, 2015).

A mulher tem um papel importante neste aspecto, observa-se que sua participação em atividades ligadas à agricultura familiar é muito abrangente. Por exemplo, além das responsabilidades e cuidados com a família e a casa, também é responsável por atividades ligadas a plantação e a criação de animais. Como se

pode observar na tabela 1, que 82% dos homens são responsáveis por sustentar o domicílio, enquanto apenas 18% das mulheres rurais fazem isso, nota-se que no meio rural é possível observar divisões de trabalhos em que muitas das vezes as mulheres são criadas para serem responsáveis por cuidados com a casa, realizando somente afazeres domésticos e, além disso, em alguns casos, há mulheres que trabalham fora. Enquanto os homens são responsáveis somente por manter o sustento da família, ou seja, trabalhando fora de casa e não ajudando a mulher na organização diária da casa e cuidados com os filhos, ressaltando ainda mais a divisão de gênero:

Tabela 1 – Distribuição das pessoas responsáveis pelos domicílios por sexo, segundo local de residência – Brasil e Grandes Regiões 2009 (%).

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Norte	63,3	36,7	100,0	83,4	16,6	100,0
Nordeste	62,5	37,5	100,0	81,4	18,6	100,0
Sudeste	64,2	35,8	100,0	80,5	19,5	100,0
Sul	65,1	34,9	100,0	82,3	17,7	100,0
Centro-Oeste	62,4	37,6	100,0	87,3	12,7	100,0
BRASIL	63,7	36,3	100,0	82,0	18,0	100,0

Fonte: DIEESE, NEAD, MDA (2011).

No Estado de Goiás de acordo com dados do IBGE, Censo Agropecuário 2006, mostra que na direção dos trabalhos por estabelecimento, por sexo e grupos, com mais de 10 anos de trabalho, demonstra que a quantidade de homens é de 63 346 na direção dos trabalhos, contra apenas 7448 mulheres na direção dos trabalhos, isto somente no Estado de Goiás, enquanto que em todo o país são mais de 2.736,012 homens e apenas 426,958 mulheres na direção dos trabalhos em mais de 10 anos.

No meio rural não a um reconhecimento pelo trabalho da mulher no campo, que também pode contribuir para o desenvolvimento econômico da família, cuidando e criando animais de pequeno porte que podem ser vendidos ou consumidos pela família, gerando renda para a família de forma direta.

De acordo com Siliprandi e Cintrão (2011, p. 574), é normal no meio rural que as mulheres não disponham de renda própria, sendo subordinadas a pedirem dinheiro para os maridos, estudos apontam a importância do acesso à renda para as

mulheres rurais para garantir acesso a direitos básicos, sejam econômicos ou sociais.

O conceito de gênero se refere “a características socialmente construídas, que por motivos políticos, econômicos e sociais, atribui papéis diferentes aos homens e mulheres.” (BARDUNI FILHO et al. s/d, s/p). Tais papéis demonstram a divisão de trabalho em relação ao sexo e também a privação de oportunidades, em que muitas das vezes as mulheres não possuem voz ativa para buscarem seus direitos.

Segundo Mesquita (2012, p. 2) apud Mutone-Smith (2011), as mulheres podem ter acesso a novas oportunidades de duas formas, são elas:

Em primeiro lugar, usar a análise de gênero para ajudar a identificar aberturas e obstáculos e, em segundo lugar, assegurar que as mulheres tenham voz para falar por elas mesmas. A análise de gênero pode revelar as dificuldades e as barreiras específicas que tanto as mulheres quanto os homens têm de enfrentar ao se moverem ao longo da cadeia de valor ao acessarem os mercados e fazerem crescer os seus empreendimentos.

Para que essa realidade seja alterada é necessária à adoção de políticas públicas para que se consiga a igualdade de gênero, gerando direitos tanto para as mulheres, quanto para os homens.

Como exemplo de adoções de políticas públicas pode citar o acesso das mulheres à documentação, onde pudesse constar que as mulheres rurais não são somente “Donas de casa”, mas sim trabalhadoras rurais. Além disso, o acesso à documentação abre portas para demais programas do governo para as mulheres. (SILIPRANDI, 2011).

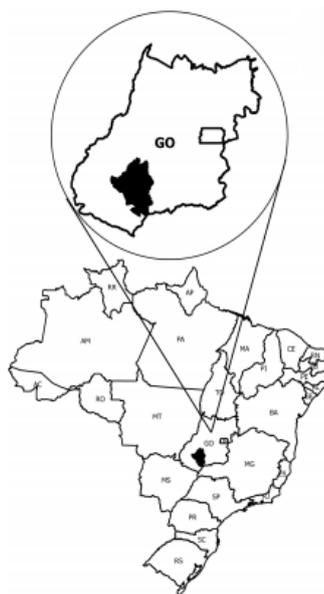
A condição de gênero no meio rural não é muito diferente atualmente do que se via antigamente, é visto ainda que mulheres rurais sofrem discriminação tão somente por serem responsáveis e cuidadoras de atividades taxadas somente para o gênero feminino, não tendo liberdade de escolha para estudar, trabalhar fora de casa ou a busca por direitos sociais, para tentarem ao menos se igualarem aos homens na mesma condição de direitos.

Os Territórios Rurais foram criados com a intenção de interagir os ambientes rurais, que visam melhorar aspectos sociais, econômicos e políticos, usando como estratégias o uso de políticas públicas (DANTAS, 2014).

O território Rural do Sudoeste Goiano – é localizado no Estado de Goiás, foi criado em 2010, tem como função assessorar os pequenos agricultores, usando políticas públicas para alavancar o potencial produtivo de cada área, é composto por

12 municípios, sendo eles: Acreúna, Cachoeira de Goiás, Castelândia, Maurilândia, Montividiu, Paraúna, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna e Turvelândia. Conta com uma população total de 324,914 habitantes e uma população rural de 30.707 habitantes em uma área total de 23.310,55 km². (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2010).

Ilustração 1 - Território Rural do Sudoeste Goiano.



Fonte: Base Cartográfica: IBGE, 2006.

Os Núcleos de extensão em desenvolvimento territorial (NEDET's) são formados por professores e pesquisadores de instituições públicas de ensino superior, que tem como papel ajudar no assessoramento de pequenos agricultores dentro dos territórios rurais, acompanhando o andamento de atividades ligadas aos agricultores e ajudando no monitoramento de políticas públicas vigentes nos assentamentos.

Segundo dados levantados às mulheres rurais do território rural do Sudoeste Goiano sofrem com discriminação, contribuindo de forma a fazer com que as mulheres procurem oportunidades fora do meio rural.

A mulher do território rural do Sudoeste Goiano enfrenta vários desafios como é o caso da superação do machismo e também a efetividade das políticas públicas para as mulheres rurais, onde o acesso as políticas públicas deveria ser mais facilitado para a busca de direito das mulheres.

Outro problema enfrentado no território rural do Sudoeste Goiano é a limitação de oportunidades para os filhos das mulheres rurais, onde não encontram condições adequadas para permanência no campo, tal fato também foi retratado pelas mulheres rurais do território na I Conferência Territorial da Mulher do Sudoeste Goiano que aconteceu no ano de 2016, (Ilustração 2) onde foi exposto pelas próprias assentadas que a solução para tal problema seria a construção de escolas técnicas ou universidades para uso da comunidade rural. Isso também contribuiria para a mão de obra técnica nos assentamentos que poderiam partir dos próprios filhos dos assentados.

Ilustração 2 – Representante do comitê das mulheres rurais do Território



Fonte: Tirada pelos autores

A inserção das mulheres na organização produtiva do território rural do Sudoeste Goiano se dá através de programas de políticas públicas, por meio de cooperativas, associações e a confecção de produtos artesanais e alimentícios (Ilustração 3).

Ilustração 3 – Produtos artesanais das mulheres rurais



Fonte: foto tirada pelos autores

Como exemplo de organização produtiva das mulheres rurais temos o Assentamento Jenipapo, localizado no município de Acreúna - Goiás que surgiu com a ocupação de algumas famílias no ano de 1999, e com a união de 5 a 10 mulheres que juntas formaram uma panificadora onde produzem e vendem pães e quitandas, e por doação da prefeitura da cidade, conseguiram um automóvel, onde é utilizado para a entrega dos produtos produzidos pelas mulheres. No assentamento possuem trator e produzem os itens como farinha e polvilho.

Considerações Finais

O uso de políticas públicas para garantir o direito para as mulheres rurais têm-se demonstrado significativo, onde as mulheres rurais podem ter acesso a condições no mínimo básicas para buscarem por seus direitos e participarem ativamente nas decisões de escolhas dentro da própria casa ou meio onde vivem.

Como podemos perceber as mulheres rurais deste Território Rural do Sudoeste Goiano já conseguem ter voz ativa para buscarem seus papéis de mulheres fortes e independentes, a partir do momento em que são encorajadas a buscarem por seus ideais, como foi o caso das mulheres rurais do assentamento Jenipapo, em Acreúna- GO, com a criação de uma panificadora.

Destacam-se ainda muitos desafios a serem superados pelas mulheres deste Território, porém nota-se um elevado interesse por parte delas em estarem participando ativamente de ações que consigam não só gerar resultados para elas, como também mudar sua realidade como mulheres cidadãs e dignas de direitos.

Agradecimentos

Agradeço a Deus e a Professora Divina Aparecida Leonel Lunas pelo apoio e orientação na realização desta pesquisa, bem como à Universidade Estadual de Goiás – UEG pela bolsa de estudo concedida para realização deste trabalho.

Referências

ATA. Ata do Colegiado Territorial Rural do Sudoeste. Quirinópolis, 12 de novembro de 2015.

BARDUNI FILHO, Jairo; DELESPOSTE, Aline Guizardi. CARVALHO, Ana Louise Fiúza de. **As novas perspectivas das relações de gênero no meio rural: O papel feminino em (re) construção.** Disponível em: <http://www.gerar.ufv.br/publicacoes/AS_NOVAS_PERSPECTIVAS_DAS_RELACOES_DE_GENERO_NO_MEI

O_RURAL_O_PAPEL_FEMININO_EM_RE_CONSTRUCAO.pdf> Acesso em: 24 de março de 2017.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo:** notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. In: Estudos Sociedade e Agricultura. n° 2, junho de 1994, p. 11-22. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/v2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/21/23>>. Acessado em: março de 2016.

Censo Agropecuário 2006 – Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em: 20 de Julho de 2017.

CGMA, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Perfil Territorial Sudoeste – Goiás. **Brasília**, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_169_Sudoeste%20GO.pdf> Acesso: 22 julho 2017.

DANTAS, Rafaela Maximiano. COSTA, Micheli Pereira. **Territórios Rurais no Brasil e suas estratégias de desenvolvimento.** I Simpósio Mineiro de Geografia. Universidade Federal de Alfenas – MG. p. 828-837. 2014. Disponível em: <http://www.unifalmg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Rafaela%20Maximiano%20Dantas_0.pdf>. Acesso em: 17 de Julho de 2017.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. p. 87 Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioRural10-11.pdf>> Acesso em: 17 de Julho de 2017.

MESQUITA, Gabriella Riad Iskandar. **Aspectos de gênero no meio rural.** Disponível em:<http://ppgca.evz.ufg.br/up/67/o/Gabriela_Riad_1c.pdf?1349116526> . Acesso em: 24 de março de 2014.

NIERDELE, Paulo André. FIALHO, Marco Antônio Verardi. CONTERATO, Marcelo Antônio. **A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil – Aprendizagens, esquecimentos e novidades.** Piracicaba – SP, Vol. 52, Supl. 1, p.S009-S024, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a01v52s1.pdf>>. Acesso em: 24 de março de 2017.

SILIPRANDI, Emma. CINTRÃO, Rosângela. **Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs.** p. 571-592. Revista Políticas públicas de desenvolvimento, 2015. Disponível em: <

<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>> Acesso em: 20 de Julho de 2017.